



Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB

27 de fevereiro de 2025

André Aranha Corrêa do Lago
Embaixador/Presidente da Conferência COP-30
Ministério das Relações Exteriores - Palácio do Itamaraty
Secretaria de Clima, Energia e Meio Ambiente
Esplanada dos Ministérios - Bloco H - Anexo I
Brasília, DF

Assunto: Demandas políticas do movimento indígena da Amazônia brasileira para COP-30

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Dirijo-me a V. Exa. em nome da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), a maior organização indígena regional do Brasil, com mais de 30 anos de atuação em defesa dos direitos e territórios dos povos indígenas da Amazônia, essenciais para a preservação da floresta e para a regulação climática global.

A crise climática é uma realidade devastadora que já impacta nossos territórios, culturas e vidas. Declaramos a emergência climática na Amazônia e destacamos que, sem ações urgentes, o futuro da vida no planeta estará comprometido. Como povos indígenas, sabemos que a verdadeira governança climática depende da proteção de nossos territórios e do respeito aos nossos conhecimentos ancestrais. Por isso, exigimos ser integralmente ouvidos nas discussões climáticas, especialmente na COP-30, que ocorrerá em nosso território.

Na qualidade de Coordenador Geral da COIAB, e tendo em vista a relevância dos temas abordados na Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), gostaríamos de trazer à sua atenção algumas demandas



Movimento
Indígena
do Acre

OPIROMA



urgentes do movimento indígena que consideramos de extrema relevância para o avanço das políticas globais voltadas à mitigação e adaptação às mudanças climáticas:

1. Copresidência Indígena na COP-30 – Reafirmamos a necessidade urgente de uma Copresidência Indígena na COP-30, a fim de assegurar a liderança e a plena participação dos povos indígenas nas negociações climáticas globais. A Amazônia, nossa casa sagrada, não pode ser tratada como mais um simples cenário nas discussões sobre o clima. Ela deve ser o epicentro dessas negociações, pois sua preservação é essencial para a luta climática global. Solicitamos que o governo brasileiro assuma o compromisso de garantir nossa presença com direitos plenos nas decisões que afetarão o futuro do planeta. Se depender de nós, a Amazônia não será o palco do funeral da meta de 1,5°C.

2. Roteiro de implementação do parágrafo 28 do Balanço Global por uma transição justa – Na COP-28, realizada em Dubai em 2023, os países participantes aprovaram um acordo histórico, marcando o "começo do fim" da era dos combustíveis fósseis. Pela primeira vez em uma conferência climática da ONU, foi adotado um acordo para "transitar para longe dos combustíveis fósseis", com a transição energética se tornando uma prioridade global. O aumento da intensidade dos eventos extremos na Amazônia exige ações que caminhem na direção do fim da exploração dos combustíveis fósseis. A transição energética precisa ser calendarizada e deve ser conduzida de forma justa e equitativa, protegendo as populações que já enfrentam os maiores custos dessa destruição. A Amazônia não permanecerá de pé se a indústria de combustíveis fósseis seguir incendiando o planeta.

3. Financiamento climático direto para os Fundos Indígenas – A crise climática é uma dívida histórica que não foi criada pelos povos indígenas, mas que, no entanto, está sendo paga com a destruição de nossas terras e culturas. Demandamos que os mecanismos financeiros internacionais de combate à crise climática contemplem diretamente nossas organizações indígenas, com recursos destinados a ações climáticas em nossos territórios. Nesse sentido, o Parágrafo 34 da COP28 observa a necessidade de apoio e investimento aprimorados, incluindo recursos financeiros, transferência de tecnologia e capacitação, para esforços de redução do desmatamento e degradação florestal até 2030, no contexto de desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza, conforme o Artigo 5 do Acordo de



Paris. Isso se alinha diretamente com nossa demanda por maior participação e recursos para ações que envolvem diretamente os povos indígenas na preservação de nossos territórios. O Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), mecanismo financeiro criado para compensar a conservação de florestas tropicais úmidas, também representa uma oportunidade. No entanto, não queremos que o TFFF apenas reconheça a importância de envolver os povos indígenas, mas que também sinalize o pagamento de percentuais fixos de recursos por hectares de floresta conservada em nossos territórios.

4. Demarcação e Proteção dos Territórios Indígenas como Política Climática – A demarcação e proteção dos territórios indígenas devem ser colocadas como uma prioridade nas políticas climáticas dos países, especialmente no processo de revisão e atualização das NDCs (Contribuições Nacionalmente Determinadas) para COP-30. Nossos territórios são essenciais para a preservação da biodiversidade e para a mitigação dos impactos climáticos. O Parágrafo 33 da COP-28 enfatiza a importância de conservar, proteger e restaurar a natureza e os ecossistemas para atingir a meta de temperatura do Acordo de Paris. Ele também destaca a necessidade de interromper e reverter o desmatamento e a degradação florestal até 2030, além de proteger a biodiversidade, respeitando as salvaguardas sociais e ambientais, conforme o Quadro Global de Biodiversidade Kunming-Montreal. Nesse contexto, vamos propor ao governo brasileiro e a outros governos um adendo às suas NDCs que incluam a demarcação e proteção dos territórios indígenas em suas políticas climáticas. Isso deve garantir que todos os povos indígenas, incluindo os Povos Indígenas Isolados e de Recente Contato (PIIRC), sejam protegidos. Exigimos o respeito absoluto à autonomia e autodeterminação dos povos indígenas em qualquer empreendimento que envolva nossos territórios, incluindo o mercado global de carbono aprovado na COP-29 em Baku. Não aceitaremos a imposição de projetos que desrespeitem nossos direitos, como o direito à consulta livre, prévia e informada, conforme garantido pela Convenção 169 da OIT. O cumprimento das metas do Acordo de Paris, conforme destacado pelo Parágrafo 33, passa necessariamente pela garantia de direitos dos povos indígenas, reconhecendo nossa liderança e sabedoria ancestral no cuidado com a terra e na luta contra a crise climática global.

5. Convocação para uma Aliança Global pela Vida – Não podemos mais esperar por desculpas ou promessas vazias. Exigimos um **Balanco Ético Global sobre o Clima**, em que



Movimento
Indígena
do Acre

OPIROMA
Organização dos Povos Indígenas do Maranhão



Potãali
Associação dos Povos Indígenas do Amapá

os países reconheçam sua responsabilidade na crise climática e cumpram os compromissos assumidos. Convocamos o governo brasileiro a se unir aos povos indígenas e aos aliados globais em uma aliança intercontinental pela vida no planeta. A luta pela preservação da Amazônia e de todos os biomas naturais essenciais não é uma luta negociável. Exigimos que a presidência brasileira da COP-30, sob sua liderança, garanta que a voz dos povos indígenas seja central nas decisões climáticas e que nossos territórios sejam protegidos para o bem de toda a humanidade.

Estamos confiantes de que, com o apoio de V. Exa. e da liderança brasileira na COP-30, poderemos avançar significativamente em direção a um futuro mais sustentável e equitativo para as próximas gerações. Nossa organização está à disposição para fornecer mais informações, colaborar com outras iniciativas e contribuir ativamente para os debates desta conferência em um momento tão decisivo para a história da humanidade.

Essas demandas fazem parte da campanha indígena para a COP-30, com o apoio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e das organizações indígenas dos nove países da Bacia Amazônica (G9 da Amazônia Indígena).

Senhor Presidente, a nossa luta é pela vida, pela preservação do nosso planeta e pela sobrevivência das futuras gerações. Acreditamos que, com sua liderança, podemos mudar o curso da história, protegendo nossos territórios e criando um futuro sustentável para todos. Não podemos mais esperar. A crise climática exige ação imediata e compromisso firme.

Com respeito e urgência,

Elcio Severino da Silva Manchineri

Coordenador Geral

Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB)

Sempre estivemos aqui. A resposta somos nós.